

RESENHA

SANTOS, Odair J. *História geral de Roraima*. Boa Vista: Ed. UFRR, 2011.

Um dos grandes quadros do departamento de história, a professora Dra. Maria Luiza Fernandes, ao escrever um artigo para o livro “O Rio Branco se Enche de História”, escreveu com muita propriedade que a historiografia roraimense foi, num primeiro momento, escrita por curiosos sem qualquer formação profissional e que o rigor com as fontes era muito precário. Continuaríamos a escrever que, infelizmente, parte da história de Roraima ainda continua sendo escrita por curiosos e que continua preocupada com a origem de tudo, ou seja, desde a construção do Forte São Joaquim ao desastroso Governo de Anchieta Júnior, como é o caso do livro que vamos falar mais adiante denominado “Roraima História Geral” editado pela Editora da UFRR.

Um dos livros mais importantes na nossa formação tem por título “As Identidades do Brasil – de Vanhargen a FHC”. Na introdução dessa obra, e vamos ficar apenas nela, o autor deixa claro que a história só faz sentido se a entendermos enquanto um processo, e que homens e sociedades humanas, por serem temporais, não permitem um conhecimento imediato, total, absoluto e definitivo. Para Reis a história só se torna visível e apreensível com a sucessão temporal. Assim afirma o autor “a reescrita contínua da história torna-se então uma necessidade”. Portanto, não existem verdades acabadas. Essas são as primeiras lições que apreendemos num curso de história. (Reis, 1998 p.7).

Nesse sentido, Reis esclarece que as obras históricas são também históricas, que possuem uma duração determinada que às vezes é bem curta. Como nós, elas envelhecem exigindo uma revisão e uma reelaboração. Hoje todos já sabemos que a

* Professor do curso de História da UFRR.

história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza.

Mas a segunda questão apontada por Reis nessa obra parece ser a mais importante. Pergunta então o autor porque reescrevemos a história. “A história é reescrita”, prossegue “porque o conhecimento muda, acompanhado as mudanças da história. Novas fontes surgem, novos objetos surgem, novas técnicas, novas teorias e novos pontos de vista que acabam levando a reavaliação do passado e das suas interpretações estabelecidas”, daí a necessidade de se fazer críticas as obras anteriores e reescrevemos a história.

Para além disso, dessas razões técnicas, aparecem jovens historiadores e indivíduos talentosos, formados na leitura dos clássicos, aponta Reis, e na história presente que acabaram por formular novas questões com os velhos objetos dando contribuições importantes à historiografia.

Para Reis, os historiadores se iludem “ao pensar que o seu novo ponto de vista é único e definitivo, que definitivamente descobriram a verdade histórica”. Aprendemos com Reis que o historiador é marcado por seu lugar social, por sua data e por sua pessoa, o que conhecemos como subjetividade.

O livro que vamos tratar comete os mesmos erros desenvolvidos por diversos autodidatas. Trata-se de uma abordagem político-administrativa que visa, sobretudo, dar um enfoque sobre a origem do estado de Roraima indo dos cronistas e viajantes nos século XVI a XVIII ao governo de Ottomar de Souza Pinto, até chegar ao governo de Anchieta Júnior sem ter tempo de se aprofundar em quase nada.

Depois dessa pequena introdução, vamos saber um pouco mais dessa obra que estamos nos propondo a fazer uma análise historiográfica, entendendo aqui historiografia como sendo uma análise daquilo que já foi produzido e publicado sobre um determinado objeto da história.

O autor, Adair J. Santos é pernambucano, militar aposentado da marinha de guerra do Brasil, autodidata e ocupa a cadeira de número 25 da Academia Roraimense de Letras.

Iniciamos a análise dessa obra pela apresentação do trabalho que é feita por um general de Brigada chamado Eliezer Girão Monteiro Filho que fez declarações desastrosas nos meios de comunicação de massa, quando do processo da homologação da Raposa Serra do Sol em 2007 em área contínua. Para o eminente general, “com a publicação do Livro, a história de Roraima estará bem mais esclarecida e disponível para leitura”.

Lamentamos informar ao general e aos novos leitores que a obra em questão é em boa parte um amontoado de fatos históricos mal explicados. O próprio general erra em sua apresentação ao afirmar que Lobo D'Almada era um grande desbravador. D'Almada foi, na verdade, um funcionário colonial bem pago pela coroa portuguesa, responsável pelo projeto de introdução da pecuária nos campos do Rio Branco, já que não havia na época uma atividade mercantil capaz de atrair colonos, sendo dele a famosa frase “os índios são as muralhas do sertão” parafraseada na grande obra de Nádia Farage “As Muralhas do Sertão”. Lobo D'Almada, no século XVIII, teve um discurso diferente do próprio General que na apresentação do livro de Adair Santos afirma que os índios facilitarão a internacionalização da Amazônia. Segundo o general, poderemos perder novas áreas “em função de ingerências externas, por causa da defesa de minorias e de direitos indígenas”, se o eminente general se desse o trabalho de fazer algumas leituras veria que esse conceito de minorias para as populações indígenas não servem para os índios de Roraima.

Nada de diferente é dito na introdução a não ser o que já estamos cansados de ouvir inclusive de um relatório financiado pelo poder Judiciário, onde professores da UFRR, das áreas de geografia, da ciência política e da economia já fizeram questão de assinalar que as terras indígenas não deveriam ser demarcadas em áreas contínuas, discurso que também está presente nas entrelinhas desse trabalho. Por último, entendemos que ninguém convida um general para apresentar seu trabalho ingenuamente.

O trabalho “Roraima História Geral” está constituído de dezoito capítulos com mais de quatrocentas páginas. O primeiro deles que deveria causar um impacto ao leitor resume-se a uma página e meia sem qualquer contribuição valiosa para a História de Roraima.

O seu segundo capítulo limita-se a explicar que durante os séculos XVI a XVIII o Rio Branco recebeu inúmeros estrangeiros interessados na localização do “Eldorado”, a lendária Manoa.

Mas a grande ousadia é afirmar que Hamilton Rice, o eminente geógrafo americano ainda procurava a cidade de ouro. Discurso fraco, que acaba sendo confundido com o discurso das elites locais que apontavam que a igreja só defendia os índios, pois as terras indígenas estavam cheias de minérios preciosos, inclusive ouro.

O terceiro capítulo, denominado a descoberta do Rio Branco, é muito mais uma carta da hidrografia da região, dando nomes dos rios e seus afluentes, demonstrando uma grande erudição nesse assunto do que um trabalho de historiador, e termina com os nomes das embarcações que circularam no Rio Branco até a chegada do barco a vapor. Algum documento novo, alguma análise mais apurada sobre essa região

infelizmente não aparece, o que deixa a desejar, pois já estamos no capítulo terceiro e nada de novo aparece.

Já no capítulo quarto fica evidente que o autor, novamente, dá uma verdadeira aula sobre os rios dessa região, mas, em matéria de agropecuária, ele mereceria ter um curso de reciclagem, pois afirmar que no Rio Branco foi encontrada uma verdadeira dádiva da natureza para a implantação da atividade pastoril e querer forçar de mais uma barra. Esse capítulo termina tecendo um rosário das diversas expedições que por aqui passaram entre os séculos XVII ao XX. Em primeiro lugar, aqui temos um gado de segunda categoria, o chamado pé duro, que tem de percorrer quilômetros para encontrar o que comer, o que endurece os músculos fazendo com que sua carne perca a qualidade. Por outro lado traz informações duvidosas, pois apenas utiliza o relatório do Ouvidor Ribeiro de Sampaio para afirmar que o Rio Branco já era conhecido por navegadores portugueses desde o ano de 1639 já fora superado.

Adair cai num mesmo erro de muitos, apostando na verdade dita por Ribeiro de Sampaio que, como outros funcionários a serviço da coroa portuguesa, tinham interesse em registrar em seus relatórios que o Rio Branco era conhecido pelos viajantes portugueses desde o século XVI.

Recorrendo a uma obra clássica, Muralhas do Sertão, Nádia Farage esclarece que “os documentos relativos ao Branco datam já do século XVIII, tornando-se mais fartos a partir dos anos 30”. De toda maneira, referências ao Rio Branco irão aparecer nos relatos dos viajantes do século XVIII, de forma passageira em La Condamine do Padre Daniel e mais detidamente nos relatos de Ribeiro de Sampaio, Rodrigues Ferreira e Lobo D’Almada.

Ao fazermos uma análise mais cuidadosa dessa informação percebemos que o autor em questão apenas utiliza como referência o cronista Acuña, sem mostrar, inclusive, uma referência mais detalhada dessa própria crônica. Na leitura de seu texto anotamos que ele não consultou, como deveria, o próprio cronista, pois o que ele acaba citando como suas principais fontes de pesquisa vem do funcionário colonial Ribeiro de Sampaio, que esteve no Rio Branco em 1777, numa Missão fiscalizadora, a mando do Governador e Capitão Geral da província do Rio Negro, Dr. João Pereira Caldas, dentro da política portuguesa de justificar a posse em função das inúmeras incursões estrangeiras à região e o relato de Alexandre Rodrigues de 1780 que foi contratado e destacado para fazer uma avaliação do efetivo potencial econômico e do rendimento dessa região, que, nas últimas duas décadas do século XVIII, sua ocupação não teria sido ainda consolidada, como também do relato do experiente funcionário colonial Lobo D’Almada.

Sampaio, Alexandre Rodrigues e Lobo D'Almada deixaram importantes relatos quando de sua passagem pelo Rio Branco e fora exatamente nesses relatos que muitos autores sustentam e preocupam-se em citar, muitas das vezes cometendo excessos desnecessários quanto ao estabelecimento dos portugueses na região do Rio Branco.

Uma coisa ainda chama atenção nesse capítulo. A confusão entre viajantes e funcionários do Estado, ao colocar Rondon na primeira categoria. Rondon é um funcionário positivista da República, responsável por tirar os índios do caminho para que o projeto do capitalismo se estabeleça e tenha o seu curso normal pelo interior do Brasil. Porém o relato do autor sobre a passagem de Rondon pelo Rio Branco é surpreendente, pois apenas descreve que o “eminente militar” visitou várias aldeias indígenas e cursos fluvial”.

O autor em questão, deveria visitar a documentação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), assim teria oportunidade de afirmar que pecuaristas no Rio Branco, já naquele período da viagem de Rondon, expulsavam os índios macuxi para as fronteiras onde eram vistos como ladrões de gado. O marechal Rondon conseguiu perceber essa realidade e sintetizá-la, quando fez a viagem citada pelo autor da fazenda São Marcos (antiga Fazenda Nacional) ao Monte Roraima. Nessa expedição, e isso já são nossas pesquisas, ele teve o privilégio de estar acompanhado por uma comissão de 180 índios Macuxi, Taurepang e Maiongong, entre homens, mulheres e crianças. Dessa experiência escreveu em seu diário em 1927:

Que diferença entre ingleses da Guiana e os brasileiros da fronteira! Aqueles procuram atrair para o seu território todos os índios da região, estes escorraçam os seus patrícios, obrigando-os a expatriarem-se.

Coisa interessante: esses índios têm a pecha de ladrões no Brasil e passam para a Guiana, onde são recebidos pelos ingleses que os consideram homens de bem.

Adair dos Santos nem de longe vai fazer essa discussão.

O capítulo de número cinco que vai tratar da fundação da capitania do Rio Negro é um desfilar de nomes e datas, faz sérios elogios a Lobo D'Almada, afirmando que sob sua responsabilidade conduziu um grande projeto sócio econômico para o Rio Branco. Realmente não sabemos que grande projeto é esse, pois até o final do século XIX a nossa economia era baseada na extração da balata e não na pecuária que ainda era considerada marginal. Porém isso não é tudo, apresenta gráficos sobre a população incluindo negros e índios que somente o poder superior sabe de onde

foram originários, pois as fontes que o autor faz uso praticamente não aparecem no decorrer do texto. Aproveitando a oportunidade devemos afirmar que em relação à metodologia, o autor em questão apenas apresenta uma bibliografia final com cinco a seis livros e alguns recortes de jornal.

Avançando um pouco em nossa análise, Adair, no capítulo oitavo, sem apontar qualquer tipo de fonte, afirma miraculosamente que até 1537 os navegadores e exploradores tratavam os índios como verdadeiros animais. Nesse capítulo os índios foram explorados, maltratados, mutilados e mortos. Esquece o autor que pensar assim é admitir que a população indígena não negocia, não guerreia, não resiste. O Índio não pode ser apresentado como vítima passiva de um processo violento no qual não havia possibilidades de ação.

Esse capítulo é muito extenso, onde ele resolve fazer um sério elogio a criação do SPI. São palavras do autor “tal órgão foi criado para assegurar aos nativos a defesa de seus direitos de viverem de acordo com seus costumes e para garantir a posse das suas terras”. Aqui faremos a seguinte reflexão, será mesmo que os administradores regionais do antigo SPI ou da atual FUNAI respeitavam os direitos às terras indígenas? Os exemplos são os mais variados; a resposta é negativa. Em nossas pesquisas os fazendeiros, no rio Branco em especial, ao longo de muitas décadas, haviam se acostumado a enfrentar os problemas com as populações indígenas de três formas: por meio da cooptação de suas lideranças, da força, que na maioria das vezes terminava com a eliminação dos índios e posterior tomada das suas terras, e de acordos, que sempre beneficiavam os fazendeiros, tendo como árbitro o administrador do órgão indigenista local do SPI ou da FUNAI. Exemplo dessa afirmação pode ser encontrado no ofício de número 03/1969, encontrado no arquivo do museu do índio no Rio de Janeiro, onde o chefe do escritório do posto indígena da FUNAI em Boa Vista, Nélio Macedo Rocha, comunica que “conseguiu” resolver uma questão de terra entre índios que viviam, segundo ele, na fazenda Cunha-Pucá e o fazendeiro Alcides Lima. A solução encontrada foi a mais fácil, atendendo os interesses do fazendeiro, retirou os índios da região, empurrando-os para as matas das Serras da Tábua Lascada.

Mas o mais cruel vem agora, depois de escrever algumas linhas sobre o SPI, o autor vai falar sobre a Fundação Nacional do Índio, afirmando, acertadamente, que depois de inúmeros processos de corrupção, o SPI, deu lugar a FUNAI, que segundo o nosso autor cometeu um erro gravíssimo ao promulgar o estatuto do índio. Para Adair esse estatuto cometeu um erro jurídico por não ter tido possibilidade de

diferenciar o índio aculturado do índio selvagem cujos direitos e deveres precisam ser avaliados.

Aqui poderíamos perguntar o que é um índio selvagem e o que é um índio aculturado. Será que Davi Copenawa, líder dos yanomami, é um índio selvagem ou aculturado? Os diversos índios que encontramos na beira da estrada, aqui em Boa Vista, com suas vassouras artesanais nas costas, ou aqueles que estão nas salas de aula da UFRR são índios selvagens? Essas denominações são exemplos do mais puro desrespeito e preconceito com as populações indígenas. Mas o que mais nos agride é que esse livro com tamanha carga ideológica foi publicado pela editora da UFRR, que possui um corpo editorial, que infelizmente não foi consultado. Mais do que isso, o livro estará nas escolas públicas e particulares, formando alunos, portanto, reafirmando preconceitos já há muito tempo disseminando no estado de Roraima, o estado da federação mais anti-indígena da nação.

Ao chegarmos ao décimo capítulo, denominado “Boa Vista do Rio Branco”. Nesse encontramos um desfile de datas como estas: 1830 Fazenda Boa Vista, 1858 Freguesia do Carmo, 1943 Criação do território federal de Roraima e em seguida dá os nomes de todos os prefeitos até 2011. Aqui nos perguntamos qual é o seu objetivo?

Para concluir vamos direto ao capítulo dezesseis, denominado “Território Federal do Rio Branco”, sendo um dos capítulos mais ricos da obra. Aqui o autor faz um destaque para a economia do ex-território, apontando dados importantes sobre a economia da região em especial a exportação de gado para Manaus, segundo o autor, nosso principal mercado consumidor, como também para os países vizinhos. Os elogios terminam por aqui. Nesse mesmo capítulo, Adair dos Santos acaba misturando economia com assistência à infância e juventude, chegando a afirmar por meio de uma fonte alarmista, um monge beneditino que antes de 1943 a cada sessenta crianças que nasciam no Vale do Rio Branco, aproximadamente 40 a 50 faleciam prematuramente.

Ainda nesse capítulo, sem que haja nenhuma ingenuidade, aponta os diversos minerais que compõem a geologia de Roraima e não falta espaço para criticar e reafirmar que existem grandes interesses das Organizações não Governamentais (ONGS) em apoiar, criar nações independentes dentro das etnias nativas do estado de Roraima. Aqui a velha tese dos militares acabou sendo ressuscitada. Para dar credibilidade a sua tese transcreve exaustivamente um documento denominado Diretrizes número 04-, afirmando ter sido elaborado por um grupo europeu em Genebra na Suíça. Novamente os fantasmas da internet acabam sendo usados para

desclassificar uma luta dos povos indígenas em Roraima para que suas terras fossem demarcadas e homologadas em áreas contínuas.

Gostaríamos de concluir com apenas uma reflexão. Se o livro “Roraima História Geral” defende as populações indígenas, porque se trai tão facilmente ao afirmar que “as perspectivas de desenvolvimento econômico para Roraima estão no campo do agronegócio” que para Adair já é uma realidade incontestável, com o desenvolvimento das culturas de soja e do arroz irrigado?

Todos nós já sabemos que o agronegócio é sim um grande projeto de acúmulo do capital, mas não diz respeito ao projeto de sobrevivência para as populações indígenas. São dois projetos que não se encontram. Um exemplo estaria no número de mortes com a pecuária extensiva nos campos do Rio Branco (Vieira, 2010). Porém o maior exemplo disso está em Mato Grosso, onde centenas de índios têm cometido suicídio, vivem na miséria devido ao forte avanço do agronegócio em suas terras.

Recebido em fevereiro, aprovado em março.

Referências bibliográficas:

FARAGE, N. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

VIEIRA, Jaci Guilherme Vieira. Missionários fazendeiros e índios: a disputa pela terra. Boa Vista, Ed. UFRR, 2007.

SANTOS, Adair J. Roraima História Geral. Boa Vista, Ed. UFRR, 2011.

Fonte- Ofício nº031/1969 do chefe do escritório da FUNAI ao Governador do Território Federal. Museu do Índio Rio Janeiro. Microfilme 406.

RONDON, Candido Mariano da Silva. Índios do Brasil do Norte do rio Amazonas. Conselho Nacional de proteção aos Índios. Ministério da Agricultura. Vol.III. Rio de Janeiro; 1953. pág. 09